

Diálogo com os credores

Dívida Externa

31 AGO 1987

por Paulo Sotero
de Washington

"Foi um gesto simpático e, por isso, foi bem recebido. Assim uma fonte do comitê de bancos comentou a decisão que o governo brasileiro comunicou aos credores, na última quinta-feira, em dois telex, de estender até o dia 31 o prazo para o empréstimo ao setor público dos US\$ 6,5 bilhões de principal da dívida externa, que venceram em 1985 e foram reescalados pelo acordo parcial assinado em julho do ano passado. O banqueiro lamentou, porém, que as autoridades brasileiras tenham mantido fechado o empréstimo para o setor privado.

Além de injetar um raro elemento positivo nas ultimamente pesadas relações entre o Brasil e seus credores, a extensão do prazo para o empréstimo, que foi anunciada aos bancos no mesmo telex em que o governo solicitou a prorrogação dos cerca de US\$ 15,5 bilhões das linhas de curto prazo até o fim do ano, não deverá ter nenhum efeito prático, pois quem tinha de reempréstimo já o fez.

O telex do Banco Central, que o comitê de bancos retransmitiu aos bancos cre-

dores na sexta-feira, sem comentários, parece ter sido calibrado para atender, ainda que de forma parcial, a duas outras preocupações dos banqueiros. No texto, as autoridades brasileiras reafirmam o seu desejo de manter o diálogo com eles e anunciam a vinda de um representante do governo para uma reunião com o comitê a ser realizada pouco antes da reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI), no final do mês que vem. (Os credores haviam pedido uma reunião para a semana do dia 14 de setembro.) Além disso, a mensagem deixa no ar a hipótese de o País vir a fazer um pagamento de juros ou, se não isso, fornece aos credores municião para que insistam na

(Continua na página 22)

Diálogo com os credores

31 AGO 1987

por Paulo Sotero
de Washington
(Continuação da 1ª página)

cobrança de um "down payment" dos juros em atraso.

Logo no início do primeiro telex, ao relatar os fatos recentes da economia brasileira, o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, e o diretor da Dívida Externa, Antônio de Pádua Seixas, anunciam o bom saldo comercial de julho, de US\$ 1,435 bilhão. Alguns parágrafos adiante, eles afirmam que a capacidade do governo brasileiro de cumprir com suas obrigações externas está intimamente relacionada com

o nível das reservas cambiais "e com a performance de seu comércio internacional" para pedir, em seguida, que, enquanto se negocia um novo arranjo, os credores prorroguem as linhas de curto prazo até 31 de dezembro.

No telex aos bancos, o governo brasileiro reafirma, também, seu objetivo de conter o déficit público no limite de 3,5% do PIB previsto pelo Plano Bresser e anuncia que novas medidas estão sendo contempladas para que se alcance esse objetivo. Nesse particular, os resultados da reunião ministerial da semana passada não causaram maior impressão aos credores. As

estimativas de economistas de vários bancos continuam a colocar o déficit na faixa de 5 a 6%, nas hipóteses mais otimistas.

Quanto ao pedido de renovação das linhas de curto prazo, tudo indica que será atendido, até porque os bancos não têm alternativa. Se ameaçarem não renovar, não recebem o dinheiro de volta. A alternativa do credor disposto a reaver seu dinheiro e cair fora seria executar judicialmente o banco brasileiro tomador das linhas. Mas não existe, por ora, nenhum indício de que haja bancos prestes a enveredar por esse caminho. O que há, sim, é alguns bancos

credores dispostos a aplicar mais pressão, através de aumentos no "spread", as taxas de risco que cobram das agências dos bancos brasileiros tomadoras dos empréstimos. Em alguns casos, tem havido, também, diminuição do prazo de maturação das linhas.

Na semana passada, por exemplo, nem o Banco do Brasil escapou de cobranças de "spreads" mais elevados. Mas trata-se de uma pressão difusa, exercida de forma desigual, cujo efeito varia segundo a qualidade do relacionamento que cada banco brasileiro tem com seus credores.